

AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

Termo de Referência 21/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2025	393001-AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	RAMONA DE PAIVA PACHECO	08/12/2025 13:27 (v 0.14)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		50500.006452/2025-07

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de solução de expansão de Switches e Wi-Fi para comunicação de rede de dados, pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO	CATMAT / CATSER	MÉTRICA	CÓD. PMC-TIC	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Solução de Gerenciamento.	SERVIÇO	27464	Unidade	N/A	1	541.945,00	541.945,00
	2	Solução de Controle de Acesso à Rede.	SERVIÇO	27464	Unidade	N/A	1	613.540,00	613.540,00
	3	Switch Spine.	MATERIAL	481771	Unidade	N/A	2	154.788,00	309.576,00
	4	Switch Leaf.	MATERIAL	481771	Unidade	N/A	4	181.000,00	724.000,00
	5	Switch de Distribuição.	MATERIAL	481771	Unidade	N/A	2	161.060,00	322.120,00
	6	Switch de Acesso.	MATERIAL	393273	Unidade	N/A	35	40.700,00	1.424.500,00
	7	GBIC 1 Gbps	MATERIAL	462427	Unidade	N/A	100	791,00	79.100,00
	8	GBIC 10 Gbps.	MATERIAL	462427	Unidade	N/A	100	1.396,00	139.600,00

9	GBIC 25 Gbps.	MATERIAL	462427	Unidade	N/A	192	4.512,00	866.304,00
10	GBIC 40 Gbps.	MATERIAL	462427	Unidade	N/A	20	6.197,00	123.940,00
11	GBIC 100 Gbps.	MATERIAL	462427	Unidade	N/A	20	4.685,00	93.700,00
12	Controladora Wireless.	MATERIAL	393275	Conjunto	N/A	1	580.000,00	580.000,00
13	Ponto de Acesso WiFi 6.	MATERIAL	393277	Unidade	N/A	120	6.234,00	748.080,00
14	Solução de Gestão de Usuário WiFi.	SERVIÇO	27464	Unidade	N/A	120	2.232,00	267.840,00
15	Serviços de Capacitação.	SERVIÇO	27332	Unidade	N/A	1	61.966,00	61.966,00
VALOR TOTAL (R\$)								6.896.211,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de atualização, ampliação e modernização da infraestrutura de rede cabeada e sem fio da ANTT, de modo a assegurar níveis adequados de desempenho, disponibilidade, segurança e continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, essenciais ao cumprimento da missão institucional da Agência.

Contextualização

A Superintendência de Tecnologia da Informação – SUTEC é responsável por planejar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação da Agência, utilizando recursos internos ou contratações especializadas, conforme demanda.

Para cumprir as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional e no **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)**, a SUTEC precisa elevar a qualidade da entrega dos serviços e garantir sua continuidade, adotando modelos de contratação que atendam às necessidades atuais e futuras da ANTT.

O Mapa Estratégico da ANTT 2020-2030 estabelece como objetivo “*aprimorar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações internas e externas*”. Esse direcionamento exige que a área de TIC disponha de infraestrutura confiável, moderna e alinhada às melhores práticas de gestão e governança.

Diagnóstico da Situação Atual

A infraestrutura de rede cabeada e sem fio atualmente disponível encontra-se em grande parte obsoleta, composta por produtos sem garantia, sem suporte técnico adequado e insuficientes para atender ao número crescente de usuários e dispositivos conectados. A rede sem fio apresenta limitações de cobertura, não contemplando satisfatoriamente todas as áreas da Agência.

Além disso, a arquitetura atual não possui camada de switches de agregação, fazendo com que o tráfego de acesso chegue diretamente ao datacenter, sem tratamento adequado. Essa fragilidade compromete a disponibilidade dos serviços e aumenta o risco de interrupções.

Justificativa da Contratação

A atualização da rede cabeada e sem fio é necessária para assegurar maior desempenho, disponibilidade e qualidade no acesso a sistemas, documentos e processos, apoiando diretamente a eficiência das áreas finalísticas e o cumprimento da missão institucional da ANTT.

A nova solução deve garantir mobilidade e flexibilidade, permitindo que os colaboradores atuem de forma produtiva em diferentes ambientes da Agência, além de reforçar os mecanismos de segurança da informação, com autenticação, criptografia e proteção contra acessos indevidos.

A atualização também trará ganhos de sustentabilidade e eficiência operacional, já que soluções mais modernas tendem a reduzir o consumo de energia e a necessidade de manutenção corretiva, gerando benefícios financeiros de médio e longo prazo.

Igualmente relevante é a capacidade de suportar novas tecnologias como internet das coisas (IoT), inteligência artificial (IA) e Big Data, permitindo que a ANTT esteja preparada para evoluções futuras em seus processos e serviços digitais.

Dessa forma, a contratação de solução de switches de rede cabeada e Wi-Fi robustos e escaláveis é fundamental para atender ao aumento do tráfego de dados, sustentar o crescimento de dispositivos conectados, ampliar a cobertura da rede sem fio e oferecer melhor experiência aos usuários.

Justificativa para o Uso de Registro de Preço

O registro de preços, previsto na Lei nº 14.133/2021, configura-se como um instrumento de contratação direcionado à aquisição de bens e serviços de forma contínua ou parcelada, mediante a seleção prévia de fornecedores. Sua adoção para a aquisição de solução de expansão de Switches e Wi-Fi para comunicação de rede de dados pela ANTT revela-se como uma estratégia eficaz e economicamente vantajosa.

O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023: necessidade de contratações permanentes ou frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas do governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

O Registro de Preços mostra-se essencial no presente caso, pois, a contratação não será realizada de forma global e de imediato. Daí a necessidade de que o processo seja realizado como sistema de registro de preços, mantendo-se o preço registrado para que a Agência possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema, ou seja, atender eventuais contratações, as quais não são passíveis de mensurar pontualmente naquele momento, embora se saiba, de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo que abrange a vigência da ata, que será de 12 meses (prorrogáveis por igual período). Esse sistema torna mais eficiente, eficaz e econômico o procedimento, racionalizando o gasto orçamentário e a força de trabalho, bem como os dispêndios em um curto espaço de tempo, sem ter que fazer outro pregão para o mesmo fim, no âmbito desta Agência.

Na fase preparatória do processo licitatório será realizado procedimento público de intenção de registro de preços, sem divulgação da IRP para manifestação de interesse de outras entidades, uma vez que o presente procedimento foi estimado para atendimento de necessidades específicas da ANTT, sendo esta a única contratante. Não serão admitidos órgãos ou entidades não participantes ao presente procedimento.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

A contratação pretendida encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT - PDTIC 2025-2028, ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI, de acordo com o Mapa Estratégico da ANTT 2022-2025, ao Plano de Contratações Anual - PCA 2025, à Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD 2024-2027), instituída pelo Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024, e à Integração à Plataforma de Cidadania Digital, instituída pelo Decreto nº 8.936, DE 19 de Dezembro de 2016, conforme abaixo:

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI	
Planejamento Estratégico ANTT - 2022-2025	
ID	Objetivo Estratégico
PR4	Oferecer estrutura física e tecnológica adequada
PR5	Aprimorar o uso racional e sustentável dos recursos financeiros e logísticos
PI3	Atuar conforme as melhores práticas de governança, promovendo a integridade e a transparência

PI4	Aperfeiçoar a articulação, integração e colaboração interna		
RS4	Aprimorar a experiência dos cidadãos nas interações com a ANTT		
Alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC			
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2025-2028			
ID	NECESSIDADE		
NS 10	Disponibilização de equipamentos e Suporte técnico dos recursos e soluções de TI aos usuários internos e externos.		
NS 11	Integração de estações de trabalho em rede (física, Wireless ou VPN)		
NS 25	Aquisição de equipamentos de infraestrutura e rede		
NS 39	Aquisição de Switches e Balanceadores de carga do tipo Application Delivery Controller (ADC)		
NS 43	Aquisição de Licenças de Software		
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
M. 002	Oferecer estrutura física e tecnológica adequada	IADTI	Índice de Atendimento das Demandas Associadas a Projetos Priorizados (25% em 2025)
		ICMI	Índice de Controles e Medidas Implantados (25% em 2025)

Alinhamento ao Plano de Contratações Anual - PCA		
Item no PCA	Descrição	Aprovação
105	Solução de expansão de switches e Wi-Fi.	Aprovado no Plano de Contratações Anual - PCA 2025, nos termos da Deliberação nº 93, de 28 de novembro de 2024.
Alinhamento à Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD 2024-2027)		
<p>Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Objetivo 3 - Aperfeiçoar a governança de dados e a interoperabilidade</li> </ul>		

- Iniciativa 3.4: Impulsionar a integração das plataformas digitais de governo por meio da integração de, pelo menos, 2 (dois) sistemas estruturantes ao Conecta GOV.BR, no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados - IND, até 2027.
- Iniciativa 3.8: Promover a qualificação de benefícios por meio da integração de dados em 10 (dez) políticas públicas, no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados - IND, até 2025.
- Objetivo 9 - Elevar a maturidade e a resiliência dos órgãos e das entidades em termos de privacidade e segurança da informação
  - Iniciativa 9.1: Incrementar o valor médio do índice de segurança da informação (iSeg) do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), obtido por cada órgão e entidade do Poder Executivo Federal em 0,20 (dois décimos), até 2027.
  - Iniciativa 9.2: Incrementar o valor médio do índice de privacidade (iPriv) do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), obtido por cada órgão e entidade do Poder Executivo Federal em 0,20 (dois décimos), até 2027.

**Integração à Plataforma de Cidadania Digital**

Não se aplica.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

A solução de TIC consiste na aquisição, implantação e configuração de novos equipamentos de comutação (switches), conectividade sem fio (Wi-Fi) e demais componentes de comunicação, com vistas a assegurar maior capacidade, disponibilidade, desempenho e segurança à rede corporativa. A iniciativa visa atender às necessidades da sede administrativa e das unidades regionais e postos de fiscalização, garantindo uma base tecnológica atualizada e alinhada às demandas crescentes de tráfego, mobilidade e serviços digitais, em conformidade com as diretrizes de transformação digital e eficiência operacional da Administração Pública Federal.

Do ponto de vista técnico, a solução adotará equipamentos de alta capacidade de comutação e escalabilidade, compatíveis com padrões internacionais e interoperáveis com tecnologias existentes, sem vinculação a marcas ou fabricantes específicos. Os switches de Data Center deverão dispor de interfaces de 10/25/40/100 Gbps, conforme sua função (Spine ou Leaf), permitindo ampliação gradual da capacidade e evolução tecnológica futura. A infraestrutura deverá suportar gerenciamento centralizado, automação de configurações, monitoramento contínuo e controle de acesso baseado em políticas (NAC), de forma a proporcionar administração unificada e eficiente da rede local e sem fio. Esse modelo de arquitetura visa aumentar a produtividade da equipe técnica, reduzir o tempo de resposta a incidentes, otimizar o uso de energia e refrigeração e reduzir o custo total de propriedade (TCO).

A solução considera o ciclo de vida completo do objeto, abrangendo as fases de implantação, suporte, manutenção e atualização tecnológica. Os equipamentos deverão ser entregues com garantia mínima e suporte técnico conforme especificado, assegurando disponibilidade de peças, atualizações de firmware e correções de segurança durante o período contratual. Essa abordagem assegura sustentabilidade operacional, compatibilidade evolutiva e aderência aos padrões de gestão de TIC, permitindo que a infraestrutura atenda às demandas atuais e futuras da ANTT com flexibilidade para integração de novos serviços e aplicações corporativas.

O detalhamento técnico dos produtos, serviços e requisitos funcionais que compõem a solução encontra-se descrito no **Apêndice A** deste documento, contendo as especificações mínimas, quantificações e demais parâmetros técnicos que orientam a execução contratual.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal da ANTT, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, compreendendo serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação, conforme estabelecido pelo inciso XXIII, art. 1º, da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, os quais são preferencialmente objeto de execução indireta, sendo essenciais para o atendimento das necessidades negociais da ANTT.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Bens e serviços que compõem a solução:

--	--	--	--	--	--	--

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO	CATMAT / CATSER	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	1	Solução de Gerenciamento.	SERVIÇO	111490	Unidade	1
	2	Solução de Controle de Acesso à Rede.	SERVIÇO	111490	Unidade	1
	3	Switch Spine.	MATERIAL	481771	Unidade	2
	4	Switch Leaf.	MATERIAL	481771	Unidade	4
	5	Switch de Distribuição.	MATERIAL	481771	Unidade	2
	6	Switch de Acesso.	MATERIAL	393273	Unidade	35
	7	GBIC 1 Gbps	MATERIAL	462427	Unidade	100
	8	GBIC 10 Gbps.	MATERIAL	462427	Unidade	100
	9	GBIC 25 Gbps.	MATERIAL	462427	Unidade	192
	10	GBIC 40 Gbps.	MATERIAL	462427	Unidade	20
	11	GBIC 100 Gbps.	MATERIAL	462427	Unidade	20
	12	Controladora Wireless.	MATERIAL	393275	Conjunto	1
	13	Ponto de Acesso WiFi 6.	MATERIAL	393277	Unidade	120
	14	Solução de Gestão de Usuário WiFi.	SERVIÇO	111490	Unidade	120
	15	Serviços de Capacitação.	SERVIÇO	24970	Unidade	1

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Requisitos de Negócio

- Garantir continuidade e estabilidade operacional da rede, eliminando riscos de interrupção causados por equipamentos obsoletos e sem suporte técnico.
- Aumentar o desempenho e a capacidade de tráfego de dados, acompanhando o crescimento de sistemas corporativos, serviços digitais e dispositivos conectados.
- Assegurar a conectividade confiável e de alta densidade em todas as áreas da Agência, inclusive escritórios regionais.

Fortalecer a segurança da informação, com mecanismos modernos de autenticação, criptografia, segmentação de tráfego e controle de acesso à rede.

Melhorar a experiência e a produtividade dos usuários, oferecendo conectividade rápida, estável e flexível, em ambiente de trabalho presencial ou móvel.

Assegurar alta disponibilidade e redundância da rede de dados;

Viabilizar a integração e interoperabilidade de sistemas, garantindo infraestrutura compatível com soluções corporativas, governo eletrônico e plataformas digitais.

Preparar a ANTT para novas tecnologias, como Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial e Big Data, permitindo evolução contínua de serviços e processos.

Reduzir custos de manutenção e consumo de energia, com equipamentos mais eficientes, sustentáveis e de fácil gestão centralizada.

### **Requisitos Tecnológicos**

Implantar infraestrutura de rede estável, segura e escalável, capaz de sustentar o aumento do tráfego de dados e o crescimento de dispositivos conectados.

Substituir equipamentos obsoletos e fora de suporte, como controladoras e pontos de acesso antigos, eliminando riscos de falhas e indisponibilidade.

Implantar arquitetura moderna baseada em camadas (Acesso → Distribuição → Spine/Leaf), garantindo alta disponibilidade, resiliência e desempenho.

Ampliar e modernizar a rede Wi-Fi, com adoção de tecnologia Wi-Fi 6, para oferecer maior capacidade, estabilidade e cobertura em todos os prédios e unidades da ANTT.

Implementar um gerenciamento centralizado da rede cabeada e sem fio, por meio de plataforma integrada de administração, monitoramento e telemetria, com geração de alertas e relatórios de desempenho.

Implementar solução de controle de acesso à rede (NAC), assegurando autenticação de usuários, dispositivos e aplicação de políticas de segurança unificadas.

Garantir a mobilidade e conectividade segura para os colaboradores, com roaming contínuo e políticas de acesso diferenciadas por perfil.

Realizar a integração com o ambiente de datacenter e sistemas corporativos, assegurando interoperabilidade e conectividade entre servidores, storages e aplicações críticas.

Suportar a novas tecnologias e tendências digitais, como IoT (Internet das Coisas), Inteligência Artificial, Big Data e automação de rede, preparando a infraestrutura para futuras demandas institucionais.

Adotar mecanismos avançados de segurança da informação, incluindo criptografia, segmentação de tráfego, proteção contra acessos indevidos e conformidade com a LGPD.

Implantar solução de gerenciamento de usuários Wi-Fi, com autenticação centralizada, portal cativo e aplicação de políticas de uso.

Capacitar a técnica da equipe da ANTT, assegurando domínio das ferramentas de gerenciamento, configuração e manutenção da nova solução.

Implantar ferramentas de monitoramento proativo e relatórios de desempenho, permitindo administração preditiva e redução de incidentes.

Fornecer suporte técnico especializado e cobertura de manutenção evolutiva, com atualização contínua de software e firmware.

Adotar práticas de sustentabilidade tecnológica, com equipamentos energeticamente eficientes e de longa vida útil.

### **Requisitos de Capacitação**

A capacitação da equipe da ANTT é requisito essencial para o sucesso da implantação e da continuidade da solução tecnológica. O repasse de conhecimento deverá abranger o domínio da solução contratada, incluindo suas funcionalidades, práticas recomendadas de utilização, aspectos de segurança da informação, bem como diretrizes de gestão e acompanhamento do projeto de implantação.

A capacitação deve ainda promover a comunicação eficaz e a colaboração entre as equipes envolvidas, assegurando que os profissionais da ANTT tenham condições de operar, administrar e evoluir a solução de forma autônoma e alinhada aos objetivos institucionais da Agência.

### **Requisitos Legais**

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 dezembro de 2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

### **Requisitos de manutenção**

Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas/preventivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução;

Para assegurar a continuidade operacional da infraestrutura de rede, a solução contratada deverá observar os seguintes requisitos de manutenção e garantia:

- **Atendimento técnico:** a Contratada deverá disponibilizar suporte especializado para resolução de incidentes, por meio de canais remotos de atendimento e, quando demandado, suporte presencial nas dependências da ANTT.
- **SLA de atendimento:** os prazos de resposta e de solução dos chamados deverão estar alinhados à criticidade dos serviços prestados, prevendo suporte remoto imediato e deslocamento técnico em prazos previamente definidos contratualmente.
- **Cobertura de garantia:** a Contratada deve assegurar cobertura integral contra defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento, incluindo substituição de peças ou reparos necessários, sem ônus para a ANTT.
- **Atualizações evolutivas:** será responsabilidade da Contratada disponibilizar atualizações e aprimoramentos que mantenham a solução aderente às boas práticas de mercado e em conformidade com padrões tecnológicos vigentes.
- **Ações preventivas:** deverão ser executadas rotinas de manutenção preventiva conforme orientações do fabricante, compreendendo atualização de versões de software e firmware, inspeções de desempenho e demais procedimentos que preservem a estabilidade da solução.

O atendimento a esses requisitos garante a disponibilidade e a confiabilidade da solução de rede da Agência, assegurando sua adequação às necessidades institucionais e reduzindo riscos de indisponibilidade dos serviços de TI.

O Apêndice A (Requisitos Técnicos Mínimos e Obrigatórios da Solução) apresenta maiores detalhes dos requisitos de manutenção.

Requisitos Temporais

A Entrega dos equipamentos e a execução dos serviços deverá ser efetivada no prazo máximo de dias corridos especificados em cada evento a tabela a seguir, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) ou de Serviços (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Para todos os Itens.

Etapa	Descrição do evento	Prazo Máximo	Condições de Pagamento
01	<ul style="list-style-type: none"><li>Assinatura do contrato.</li></ul>	Conforme demanda da CONTRATANTE.	Não se aplica.
02	<ul style="list-style-type: none"><li>Realização da Reunião Inicial.</li></ul>	Etapa 01 + 05 dias.	Não se aplica.

Para os itens de produtos / materiais.

Etapa	Descrição do evento	Prazo Máximo	Condições de Pagamento
03	<ul style="list-style-type: none"><li>Emissão de OFB – Ordem de Fornecimento de Bens, de forma individual ou agrupada, para os itens de produto/material.</li></ul>	Conforme demanda da CONTRATANTE.	Não se aplica.
04	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega do plano de trabalho e cronograma de atividades referente a cada OFB.</li></ul>	Etapa 03 + 30 dias.	Não se aplica.
05	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega e instalação dos bens, produtos / material.</li></ul>	Etapa 03 + 150 dias.	Não se aplica.



06	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP da OFB.</li> </ul>	Etapa 05 + 10 dias.	Não se aplica.
07	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD da OFB.</li> <li>Com a emissão do TRD da entrega dos bens, dar-se-á o início da contagem do período de garantia de 60 meses.</li> </ul>	Etapa 06 + 15 dias.	100% da parcela executada da OFB.

Para os itens de softwares.

Etapa	Descrição do evento	Prazo Máximo	Condições de Pagamento
03	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão de OS – Ordem de Serviços, de forma individual ou agrupada, para os itens de softwares.</li> </ul>	Conforme demanda da CONTRATANTE.	Não se aplica.
04	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrega do plano de trabalho e cronograma de atividades referente a cada OS.</li> </ul>	Etapa 03 + 30 dias.	Não se aplica.
05	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrega e instalação do licenciamento dos itens de softwares.</li> </ul>	Etapa 03 + 150 dias.	Não se aplica.
06	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP da OS.</li> </ul>	Etapa 05 + 10 dias.	Não se aplica.
07	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD da OS.</li> <li>Com a emissão do TRD da entrega dos softwares, dar-se-á o início da contagem do período de garantia de 60 meses.</li> </ul>	Etapa 06 + 15 dias.	100% da parcela executada da OS.

Para os itens de serviços.

Etapa	Descrição do evento	Prazo Máximo	Condições de Pagamento
03	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão de OS – Ordem de Serviços, de forma individual ou agrupada, para os itens de serviços.</li> </ul>	Conforme demanda da CONTRATANTE.	Não se aplica.
04	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrega do plano de trabalho e cronograma de atividades referente a cada OS.</li> </ul>	Etapa 03 + 30 dias.	Não se aplica.
05	<ul style="list-style-type: none"> <li>Execução dos serviços.</li> </ul>	Etapa 03 + 60 dias.	Não se aplica.
06	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP da OS.</li> </ul>	Etapa 05 + 10 dias.	Não se aplica.
07	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD da OS.</li> <li>Com a emissão do TRD da execução dos serviços, dar-se-á o início da contagem do período de garantia de 03 meses.</li> </ul>	Etapa 06 + 15 dias.	100% da parcela executada da OS.

## Requisitos de Segurança e Privacidade

A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e a Contratada deverá respeitar as normas nacionais de proteção de dados e informações vigentes, sobretudo considerando a possibilidade de custódia de conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviços, observadas as seguintes diretrizes:

- Garantia de aplicabilidade da legislação brasileira sobre os princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à segurança da informação e à proteção de dados.
- Garantia que, em qualquer hipótese, a Administração tem a tutela absoluta sobre os conhecimentos, informações e dados produzidos pelos serviços.
- Vedado o uso corporativo dos conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviço.
- Possuir Plano de Continuidade, Recuperação de Desastres e Contingência de Negócio, que possa ser testado regularmente, objetivando a disponibilidade dos dados e serviços em caso de interrupção.
- Desenvolver e colocar em prática procedimentos de respostas a incidentes relacionados com os serviços.

A Contratada deverá seguir as normas internas de segurança da informação da ANTT, bem como suas atualizações.

A Contratada será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venham a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de aplicação de sanção e outras penalidades previstas na legislação vigente, independente da classificação de sigilo conferida pela ANTT a tais documentos.

A Contratada não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da ANTT sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

Cada profissional da Contratada deverá assinar termo declarando estar ciente de que a estrutura computacional disponibilizada pela ANTT não poderá ser utilizada para fins particulares, e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da ANTT ou acessadas a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas.

Cada profissional da Contratada deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na ANTT.

## Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e Decreto no 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

A Contratada deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

- baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção de bens;
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;
- adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

- conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários;
- respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

A Contratada deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante deste documento, a ser apresentado na fase de aceitação da proposta.

A exigência visa atender aos dispositivos normativos, acima enumerados, bem como demais normativos acerca dos critérios de sustentabilidade socioambiental, de forma a estabelecer que a licitante promova ações ambientais por meio de treinamento de seus colaboradores, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, visando o cumprimento das ações estabelecidas neste documento, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

### Requisitos de Arquitetura Tecnológica

Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

A solução a ser contratada deverá contemplar uma arquitetura tecnológica que priorize a **segurança**, incorporando mecanismos de proteção contra acessos indevidos, tentativas de intrusão, uso inadequado dos recursos e falhas de configuração. Devem ser implementados controles de autenticação, segregação de acessos e atualizações de segurança que assegurem a integridade e a conformidade do ambiente.

Também é necessário garantir **conectividade sem fio de alto desempenho**, com cobertura ampla e consistente em todos os ambientes da Agência, utilizando pontos de acesso corporativos capazes de suportar cenários de alta densidade de usuários e demandas de mobilidade. Essa conectividade deve contar ainda com funcionalidades de balanceamento de carga, gerenciamento remoto e possibilidade de expansão modular.

A infraestrutura de **hardware** deve incluir switches e pontos de acesso robustos e escaláveis, devidamente dimensionados para assegurar o desempenho e a disponibilidade requeridos. Do ponto de vista de **rede**, a arquitetura deve ser modular e resiliente, suportando enlaces de alta capacidade, agregação lógica, empilhamento e segmentação de tráfego por perfil de uso, sempre com foco em alta disponibilidade e facilidade de crescimento futuro.

Além disso, a solução deverá oferecer **ferramentas de gerenciamento centralizado**, que permitam a administração unificada da rede, com acompanhamento de desempenho, emissão de relatórios e geração de alertas proativos para apoiar a gestão do ambiente. O **software de gerenciamento** deve possibilitar configuração, monitoramento e controle integrado de todos os componentes da rede cabeada e sem fio, garantindo visibilidade e governança sobre a infraestrutura como um todo.

### Requisitos de Projeto e de Implementação

Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

Deverão ser atendidos os requisitos contidos nos **Apêndices A, B e C** deste documento.

### Requisitos de Implantação

Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

A implantação da solução deverá ser conduzida de forma planejada e estruturada, iniciando-se com a elaboração de um **projeto executivo**, que contenha cronograma detalhado das atividades, definição das etapas e o mapeamento de todos os recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários. Esse planejamento será a base para a execução ordenada do processo, garantindo clareza e previsibilidade no andamento dos trabalhos.

Antes do início da instalação, a Contratada deverá realizar um **site survey da rede Wi-Fi** nas localidades indicadas, através de plantas atualizadas dos ambientes, disponibilizadas pela CONTRATANTE, de modo a avaliar as condições físicas e técnicas existentes. Esse levantamento permitirá validar a viabilidade da execução dos serviços, dimensionar corretamente a cobertura e a capacidade dos pontos de acesso e ajustar o projeto às características específicas de cada ambiente. O resultado do levantamento deverá ser submetido à aprovação da contratante, servindo como insumo essencial para a fase seguinte.

Na etapa de **instalação e configuração**, será realizada a integração física e lógica dos equipamentos, assegurando a ativação de todos os recursos definidos no projeto executivo. Essa fase deve garantir que switches e pontos de acesso estejam devidamente conectados, configurados e prontos para operação.

Concluída a instalação, será executado o processo de **comissionamento e testes**, que compreende a validação completa da solução implantada por meio de verificações de conectividade, desempenho, estabilidade e resiliência. Esses testes são fundamentais para confirmar que a infraestrutura atende aos requisitos funcionais e operacionais previstos.

Quando aplicável, deverá ocorrer a **transferência de dados e configurações da infraestrutura legada**, assegurando a continuidade dos serviços e evitando perdas de informações críticas. Essa migração deve ser cuidadosamente planejada para minimizar impactos sobre as atividades da Agência.

Por fim, a Contratada deverá entregar a **documentação técnica “as built”**, contendo todos os registros da implantação, diagramas atualizados, desenhos de topologia, registros de configuração e instruções para operação e manutenção. Essa documentação será indispensável para dar suporte às atividades futuras de administração, auditoria e evolução da solução tecnológica.

**Requisitos de Garantia e Manutenção**

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, para cada item da solução, está descrito no **Apêndice A – Tabela 01 (Escopo de Fornecimento, coluna "Período de Garantia")**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito nos prazos definidos no **Apêndice A**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

O prazo de vigência da garantia, seja legal ou contratual, é independente da vigência do contrato principal, mantendo-se válido inclusive após seu encerramento, e sujeitando a Contratada às penalidades previstas em caso de descumprimento das condições estabelecidas.

O **Apêndice A (Requisitos Técnicos Mínimos e Obrigatórios da Solução)** apresenta maiores detalhes dos requisitos de garantia, manutenção e assistência técnica.

**Requisitos de Experiência Profissional**

A Contratada deverá assegurar que todas as atividades previstas neste documento sejam executadas por profissionais com qualificação técnica compatível e experiência comprovada. Os serviços de instalação, configuração, garantia, manutenção e suporte técnico somente poderão ser conduzidos por especialistas devidamente capacitados nos equipamentos e soluções fornecidos, possuindo histórico de atuação em projetos de implantação e suporte a infraestruturas de rede cabeada e sem fio em ambientes de médio e grande porte. Essa exigência busca garantir que a execução ocorra de forma segura, eficiente e alinhada às melhores práticas de mercado, reduzindo riscos operacionais e assegurando a qualidade dos resultados entregues à ANTT.

**Requisitos de Formação da Equipe**

Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

A Contratada deverá utilizar profissional certificado pelo fabricante da solução durante o período de garantia, sendo indispensável a apresentação de documentação original do fabricante que comprove a validade da certificação enquanto durar o vínculo contratual, podendo ser solicitada a qualquer momento.

### Requisitos de Metodologia de Trabalho

O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Será realizada reunião Inicial entre a Contratante e Contratada após assinatura de contrato e previamente a emissão de OS/OFB. Serão realizadas quantas reuniões forem necessárias para discussão de assuntos referentes a execução do contrato.

O fornecimento dos produtos está condicionado ao recebimento pela Contratada de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

O fornecimento dos serviços está condicionado ao recebimento pela Contratada de Ordem de Serviços (OS) emitida pela Contratante. A OS indicará o tipo de serviço, a quantidade e a localidade na qual os serviços deverão ser executados.

As OFBs e OSs serão emitidas de forma individualizada/agrupada, conforme a natureza dos itens envolvidos, observando-se os seguintes agrupamentos: a) equipamentos (hardware), b) softwares e c) serviços.

A distinção entre as ordens justifica-se pela complexidade técnica e pela dependência funcional existente entre os componentes da solução de conectividade. A organização por grupos torna o processo mais eficiente, permitindo:

- Gerenciamento mais preciso das etapas de fornecimento, instalação e configuração dos diversos elementos da solução, como switches, access points, controladoras e sistemas de gerenciamento;
- Definição de prazos e cronogramas adequados a cada categoria de item, respeitando suas especificidades técnicas e logísticas;
- Maior controle e mitigação de riscos, já que o acompanhamento técnico e a fiscalização podem ser conduzidos por fases distintas, com foco em entregas verificáveis;
- Respeito ao encadeamento técnico da implantação, garantindo que os equipamentos essenciais, como os switches core, estejam operacionais antes da ativação de dispositivos dependentes, como os pontos de acesso;
- Melhoria da rastreabilidade administrativa e contratual, com documentação separada para bens e serviços, o que facilita a conferência, a gestão contábil e o controle das etapas de execução.

Essa sistemática contribui para o planejamento, a transparência e a eficiência da execução contratual, alinhando-se aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

O andamento do fornecimento dos produtos/serviços deve ser acompanhado pela Contratada, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

O acompanhamento da execução ficará a cargo do Gestor e dos Fiscais do Contrato, responsáveis pelas etapas de recebimento, conferência, validação e ateste dos bens e serviços entregues.

### Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## Vistoria

Não será exigida vistoria prévia do local destinado à execução dos serviços. A realização dessa avaliação, contudo, poderá ser feita de forma facultativa pelas empresas interessadas, desde que agendada com antecedência mínima de três dias em relação à data de abertura da sessão pública.

## Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Adotar práticas de gestão ambiental que promovam a redução de resíduos eletrônicos, incluindo o descarte ambientalmente adequado de embalagens e componentes, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- Os equipamentos fornecidos (controladoras, pontos de acesso, fontes, etc.) devem possuir eficiência energética, preferencialmente com certificações reconhecidas.
- A contratada deverá implementar ações de logística reversa para baterias, componentes eletrônicos e demais resíduos gerados, assegurando sua coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada.
- Os equipamentos entregues deverão ter longa vida útil e suporte a atualizações, minimizando substituições prematuras e reduzindo impactos ambientais relacionados ao ciclo de vida.
- A contratada deve assegurar práticas de redução do consumo energético nos equipamentos fornecidos, por meio de tecnologias de gerenciamento inteligente de energia (modo sleep, redução de potência, otimização automática, etc.).
- A equipe da contratada deverá ser orientada e treinada sobre boas práticas ambientais durante a execução dos serviços, incluindo redução de resíduos, uso eficiente de recursos e prevenção de desperdícios.
- Toda a documentação entregue (relatórios, manuais, registros de implantação) deve ser preferencialmente em formato digital, evitando impressão desnecessária.

## Indicação de marcas ou modelo

Não se aplica.

## Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

Também não haverá exigência de indicação de marcas ou modelos específicos na execução do objeto, assegurando a ampla competitividade e a neutralidade do processo licitatório, desde que todos os requisitos técnicos definidos sejam rigorosamente atendidos.

## Da exigência de carta de solidariedade

Para este processo não será exigida a apresentação de carta de solidariedade, considerando que os demais instrumentos de habilitação e qualificação técnica já asseguram a responsabilidade do fornecedor pela entrega e pelo cumprimento das condições contratuais.

## Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Consórcio

É vedada a participação de empresas em consórcio na licitação.

A vedação de empresas em consórcio não acarretará restrição à competitividade, pois há no mercado diversas empresas fornecedoras do objeto desta contratação, que se encontram aptas a atender as exigências de habilitação previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

## Da exigência de amostra

A conformidade técnica da solução será comprovada por meio da documentação emitida pelo fabricante dos equipamentos, não sendo necessária a apresentação de amostras físicas. Tal medida se justifica pelo fato de que a maior parte dos fornecedores depende de importação para disponibilizar os itens no Brasil, o que inviabilizaria a exigência de amostras, uma vez que poderia ocasionar atrasos significativos no andamento do processo licitatório.

## Garantia da Contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

- O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria

- O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

- A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

**Informações relevantes para a apresentação da proposta**

A proposta da licitante deverá conter a especificação clara e completa do objeto, obedecida a mesma ordem constante deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, conforme Modelo de Proposta de Preços constante no **Apêndice D**.

Entende-se por especificação clara e completa do objeto, o detalhamento do objeto, os quantitativos de equipamentos a serem entregues, marcas/modelos de aparelhos/equipamentos a serem fornecidos, o detalhamento da arquitetura da plataforma, além das características técnicas do objeto, em conformidade com os requisitos técnicos exigidos e demais condições gerais de prestação dos serviços que deverão constar da proposta da licitante.

Não serão aceitas propostas contendo cópia das exigências do Termo de Referência no lugar da especificação clara e inequívoca dos equipamentos a serem adquiridos.

A licitante vencedora deverá apresentar planilha de preços, discriminando os valores total e unitário de cada item.

A proposta da licitante deverá estar integralmente preenchida, discriminando os valores unitários e totais de cada item objeto deste Termo de Referência, em conformidade com o modelo constante do Termo de Referência.

A proposta deverá conter declaração da licitante de que se encontra apta a entregar o objeto pertinentes ao ofertado e às regras de negócio envolvidas.

**Da alteração subjetiva**

Será admitida a hipótese de fusão, cisão ou incorporação da contratada por outra pessoa jurídica, desde que a nova empresa atenda integralmente aos requisitos de habilitação definidos na licitação original, mantenha inalteradas as cláusulas e condições do contrato e assegure a plena execução do objeto. Nesses casos, a continuidade contratual dependerá ainda de anuência expressa da Administração, que avaliará a conveniência e a regularidade do processo.

**Prova de Conceito**

Para a presente contratação não se faz necessária a realização de prova de conceito, uma vez que os requisitos técnicos estabelecidos correspondem a padrões amplamente consolidados no mercado e não apresentam particularidades que demandem avaliação prévia de desempenho ou adequação da solução. A comprovação da capacidade da contratada será verificada por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica e documentação técnica dos produtos, considerados suficientes para garantir a idoneidade da empresa e a conformidade com as exigências do termo de referência.

**5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

**São obrigações da CONTRATANTE:**

Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;



Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

### **São obrigações do CONTRATADO**

Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

Executar o objeto do contrato em estreita observância aos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da Contratante;

Não fazer uso das informações prestadas pela Contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

### **São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:**

Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

- as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

- a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

- as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e
- as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### Rotinas de Execução

#### Do Encaminhamento Formal de Demandas

O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

A prestação de serviços será realizada mediante a abertura de Ordem de Serviços de (OS), autorização do Gestor do Contrato e ciência da Contratada.

Será possível parcelar a quantidade de um mesmo item constante do contrato em várias OFB/OS, desde que o somatório das quantidades de cada item em cada OS/OFB não ultrapasse a quantidade total de cada item previamente contratado.

A OFB/OS registrará as etapas, os prazos de entrega e ativação, o detalhamento do fornecimento/serviço, bem como demais informações necessárias para a execução dos serviços por parte da Contratada.

Após aprovação das demandas, o Gestor do Contrato encaminhará a OFB/OS para a Contratada, bem como as informações necessárias para sua execução.

Cada demanda deverá ser executada atendendo as especificações e condições constantes deste Termo de Referência e melhores práticas, além das que constarem da OFB/OS.

O recebimento e aceitação se dará por OFB/OS emitida.

#### Forma de execução e acompanhamento do contrato

##### Local de entrega da prestação dos serviços

O local de entrega da solução consta especificados no **Apêndice C (Locais de Entrega e Instalação)**.

Os serviços serão prestados no seguinte horário: De segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h.

Os custos decorrentes de deslocamento e hospedagem dos profissionais da Contratada correrão por conta exclusiva da Contratada.

##### Prazo de execução

A Contratada deverá observar os prazos de execução descritos em Requisitos Temporais.

##### Formas de transferência de conhecimento

A Contratada deverá promover a transferência de conhecimento referente à nova solução de rede, por meio do acompanhamento técnico nas etapas de implantação e ativação. O processo deverá adotar uma abordagem prática (*hands-on*), assegurando que a equipe da ANTT adquira capacitação efetiva nas atividades de instalação, configuração e operação dos switches e pontos de acesso.

##### Procedimentos de transição e finalização do contrato

Nos termos do art. 35 da In 94/2022, as atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato deverão observar:

- A manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;
- A entrega de versões finais dos produtos e da documentação; A transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC;

- A devolução de recursos;
- A revogação de perfis de acesso;
- A eliminação de caixas postais; e
- Outras que se apliquem.

### Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

Cada OFB/OS conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo local de entrega e o prazo, conforme definições deste Termo de Referência.

### Mecanismos formais de comunicação

Comunicação entre a ANTT e a CONTRATADA, para fins de encaminhamento de Ordens de Fornecimento de Bens ou outro documento, ocorrerá sempre via Preposto, ou seu substituto, designado pela CONTRATADA.

São instrumentos formais de comunicação entre a ANTT e a CONTRATADA qualquer troca de informações realizada entre as partes por meio dos Canais de Atendimento estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA e em Contrato, bem como :

- Ordens de Serviço/Ordem de Fornecimento de Bens;
- Termos de Recebimento;
- Ofícios;
- Relatórios e Atas de Reunião;
- E-mail institucional/corporativo;
- Ferramenta Microsoft Teams ou similar em uso pela ANTT;
- Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://portal.antt.gov.br/sei>);
- Demais Termos previstos no instrumento contratual.

### Formas de Pagamento

Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

### Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

O Termo de Confidencialidade da Informação, **Apêndice I**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e o Termo de Ciência, **Apêndice J**, bem como a Declaração de Ciência e Consentimento da LGPD, **Apêndice K**, deverão ser assinados por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Reunião Inicial

Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- Presença do representante legal da Contratada, que apresentará o seu preposto;
- Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste TERMO DE REFERÊNCIA.

### **Fiscalização**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

- coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

- acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

### **Crítérios de Aceitação**

A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

- Todos os produtos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).
- Todos os componentes do(s) produto(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.
- Todos os componentes internos do(s) produto(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.
- O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas) ou direito de uso (subscrição), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o objeto, cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas no Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à Contratada as penalidades previstas em lei, no Termo de Referência e no Contrato. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção.**

Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

- Conferência dos produtos entregues frente as especificações técnicas do TERMO DE REFERÊNCIA e da proposta da Contratada.
- Inspeção visual dos produtos para garantir que são novos e de primeiro uso, bem como sinais de desgaste ou corrosão.

### **Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**

Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OFB/OS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens/Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordem de Fornecimento de Bens/Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento demedição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS.Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB/OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS.	
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = TEX – TEST</p> <p>Onde:</p> <p><b>IAE</b> – Indicador de Atraso de Entrega da OFB/OS.</p> <p><b>TEX</b> – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS.</p> <p>A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS.</p> <p>A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência.</p> <p>Para os casos em que o fiscal técnico rejeitar a entrega, o prazo de execução da OS continuará a correr, findando-se apenas quando a Contratada entregar os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p><b>TEST</b> - Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	
	<p>Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.Obs3: Não se</p>	

<b>Observações</b>	aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	<p>Para valores do indicador <b>IAE</b>:</p> <p>De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS;</p> <p>De 0,11 a 0,20 – Glosa de 0,5% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,21 a 0,30 – Glosa de 0,75% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,31 a 0,50 – Glosa de 1% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,51 a 1,00 – Glosa de 1,5% sobre o valor da OS;</p> <p>Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 3% sobre o valor da OS e multa de 10% sobre o valor do Contrato.</p>

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- Não produzir os resultados acordados;
- Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Os Níveis Mínimos de Serviço são critérios para aferir e avaliar os diversos indicadores relacionados com os serviços contratados.

No Nível Mínimo de Serviço está definida a maneira pela qual estes fatores serão avaliados e as deduções a serem aplicadas na fatura mensal, quando o serviço prestado não alcançar o nível mínimo aceitável.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

A avaliação dos serviços prestados dar-se-ão mensalmente pela Contratante e serão apresentadas por meio de relatório mensal dos serviços prestados pela Contratada.

A identificação de inconsistências entre os indicadores apresentados e os indicadores apurados pela fiscalização da Contratante, configura-se como não cumprimento do Nível Mínimo de Serviço, sendo neste caso aplicada as glosas previstas neste Termo de Referência, levando-se em consideração a dedução no pagamento da fatura estipulada na tabela de indicadores de níveis mínimos de serviço.

A simples aplicações de glosas por descumprimento do acordo de nível de serviço não exime a Contratada de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

O Gestor e/ou os Fiscais do Contrato acompanharão a execução dos serviços prestados junto aos recursos disponibilizados pela Contratada e emitirão Parecer Técnico com as atividades desenvolvidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
----	------------	----------------

1	Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência.  Em caso de reincidência, aplicar-se-á multa de 2% sobre o valor total do Contrato.
2	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	A Contratada poderá ser impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
3	Dar causa à inexecução total do contrato.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	A Contratada poderá ser impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	A Contratada poderá ser impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
6	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
7	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
8	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
		Após o limite de 7 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10% do valor total do Contrato.
9	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



12	Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
13	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 3% do valor total do Contrato.

Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

- não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

1. der causa à inexecução parcial do contrato;
2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. der causa à inexecução total do contrato;
4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante; e
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Do recebimento do objeto

**Os bens serão recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

**Os serviços serão recebidos provisoriamente**, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

- O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**Os serviços serão recebidos definitivamente** no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.
- Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

## Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Antecipação de pagamento**

Não será admitida antecipação do pagamento.

**Cessão de Crédito**

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da Contratante.

A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020).

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

**Reajuste**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/10/2025.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

**10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

**Forma de fornecimento**

O fornecimento do objeto será parcelado/continuado, realizado mediante a abertura de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), conforme estabelecido na seção "Encaminhamento Formal de Demandas" do modelo de execução do contrato.

A previsão de pagamento obedecerá o cronograma físico-financeiro definido mais adiante neste documento.

## Critérios de aceitabilidade de preços

Em se tratando de contratação para registro de preços, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

- Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

## Regime de execução

O regime da execução do contrato será de empreitada por preço global, e o tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço por grupo de itens.

## Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- **Habilitação jurídica**
  - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
  - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
  - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
  - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
  - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
  - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
  - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
  - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
  - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- **Habilitação fiscal, social e trabalhista**
  - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
  - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
  - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
  - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais/Estaduais/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- **Qualificação Econômico-Financeira**
  - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
  - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
  - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
    1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);
    2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
    3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
    4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
  - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação a comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
  - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
  - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- **Qualificação Técnica**
  - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
  - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
    1. Comprovar o fornecimento, instalação e suporte técnico de, no mínimo, uma solução de Gerenciamento de Usuários da Rede Wi-Fi, que possua integração com o sistema de autenticação federal gov.br.
    2. Comprovar o fornecimento, instalação e suporte técnico de, no mínimo, 50% do quantitativo de equipamentos equivalentes aos Itens 12 (Controladora Wireless) e 13 (Ponto de Acesso WiFi 6).
    3. Comprovar o fornecimento, instalação e suporte técnico de, no mínimo, uma solução de Gerenciamento de Switches.
    4. Comprovar o fornecimento, instalação e suporte técnico de, no mínimo, 50% do quantitativo de equipamentos equivalentes aos Itens 3 (Switch Spine), 4 (Switch Leaf), 5 (Switch de Distribuição) e 6 (Switch de Acesso). Alternativamente, podem ser apresentados respectivamente atestados de switches Core, Tore, Distribuição e Acesso, todos similares as especificações técnicas do **Apêndice A**.
  - Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a **apresentação conjunta e o somatório de diferentes atestados de capacidade técnica**, ainda que emitidos em **épocas distintas** ou relativos a **contratações não simultâneas**. Essa medida tem como objetivo **favorecer a ampla competitividade e impedir restrições indevidas**, reconhecendo a **experiência acumulada da licitante** ao longo do tempo como elemento hábil à comprovação de sua capacidade técnica, desde que **compatível com o objeto desta contratação**, em consonância com os **princípios da isonomia e da ampla concorrência** previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

- O(s) atestado(s) deve(m) ainda conter as seguintes informações:
  1. Identificação do órgão ou empresa emitente com nome ou razão social, CNPJ, endereço completo, nome da pessoa responsável e função no órgão ou empresa, telefone e fax para contato;
  2. Indicação do CONTRATANTE de que foram atendidos os requisitos de qualidade e prazos requeridos (descrição, duração e avaliação dos resultados);
  3. Descrição das principais características dos serviços, comprovando que a CONTRATADA executa ou executou o objeto da contratação;
  4. Data de emissão do atestado ou da certidão;
  5. Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto ao órgão ou empresa emitente).
- Ficará a cargo da ANTT, caso julgue necessário, realizar diligências para averiguação das informações constantes dos atestados de capacidade técnica apresentados.
- No caso de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Contratada.
- Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante, empresas controladas ou controladoras da empresa licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.
- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de equipamentos, a apresentação de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.
- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- O fornecedor deverá apresentar Declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
  1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
  2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
  5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
  6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
    1. ata de fundação;
    2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
    3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
    4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;



- 5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- 6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

- A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- **Disposições gerais sobre habilitação**
  - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
  - Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
  - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
  - Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  - Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF /FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação é de **R\$ 6.896.211,00 (seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil, duzentos e onze reais)** para 12 (doze) meses, conforme custos unitários apostos na tabela descrita no subitem 1.1. deste TERMO DE REFERÊNCIA.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade	Fonte de Recursos	Programa de Trabalho	Elemento de despesa	Plano Interno
39250/393001	1052000016	26.126.0032.218T.0001	33.90.40.11	NOVOCT
39250/393001	1052000016	26.126.0032.218T.0001	44.90.39	NOVOCT

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

#### DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços se dará **com a renovação dos quantitativos registrados**, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 22 do Decreto 11.462/2023, e consonante ao Enunciado 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos do Conselho da Justiça Federal, e conforme justificativa contida no Estudo Técnico Preliminar da Contratação.

Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da data do orçamento estimado, conforme disposto no inciso III do art. 25 do Decreto nº 11.462/2023, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Demais regras sobre o procedimento de Sistema de Registro de Preços - SRP, serão detalhados no Edital.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

#### Cronograma Físico Financeiro

A previsão de pagamento obedecerá o seguinte cronograma físico-financeiro.

Para todos os Itens.

Etapa	Descrição do evento	Prazo Máximo	Condições de Pagamento
01	<ul style="list-style-type: none"><li>Assinatura do contrato.</li></ul>	Conforme demanda da CONTRATANTE.	Não se aplica.
02	<ul style="list-style-type: none"><li>Realização da Reunião Inicial.</li></ul>	Etapa 01 + 05 dias.	Não se aplica.

Para os itens de produtos / materiais.

Etapa	Descrição do evento	Prazo Máximo	Condições de Pagamento
03	<ul style="list-style-type: none"><li>Emissão de OFB – Ordem de Fornecimento de Bens, de forma individual ou agrupada, para os itens de produto/material.</li></ul>	Conforme demanda da CONTRATANTE.	Não se aplica.
04	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega do plano de trabalho e cronograma de atividades referente a cada OFB.</li></ul>	Etapa 03 + 30 dias.	Não se aplica.
05	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega e instalação dos bens, produtos / material.</li></ul>	Etapa 03 + 150 dias.	Não se aplica.
06	<ul style="list-style-type: none"><li>Emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP da OFB.</li></ul>	Etapa 05 + 10 dias.	Não se aplica.

07	<ul style="list-style-type: none"><li>Emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD da OFB.</li><li>Com a emissão do TRD da entrega dos bens, dar-se-á o início da contagem do período de garantia de 60 meses.</li></ul>	Etapa 06 + 15 dias.	100% da parcela executada da OFB.

Para os itens de softwares.

Etapa	Descrição do evento	Prazo Máximo	Condições de Pagamento
03	<ul style="list-style-type: none"><li>Emissão de OS – Ordem de Serviços, de forma individual ou agrupada, para os itens de softwares.</li></ul>	Conforme demanda da CONTRATANTE.	Não se aplica.
04	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega do plano de trabalho e cronograma de atividades referente a cada OS.</li></ul>	Etapa 03 + 30 dias.	Não se aplica.
05	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega e instalação do licenciamento dos itens de softwares.</li></ul>	Etapa 03 + 150 dias.	Não se aplica.
06	<ul style="list-style-type: none"><li>Emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP da OS.</li></ul>	Etapa 05 + 10 dias.	Não se aplica.
07	<ul style="list-style-type: none"><li>Emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD da OS.</li><li>Com a emissão do TRD da entrega dos softwares, dar-se-á o início da contagem do período de garantia de 60 meses.</li></ul>	Etapa 06 + 15 dias.	100% da parcela executada da OS.

Para os itens de serviços.

Etapa	Descrição do evento	Prazo Máximo	Condições de Pagamento
03	<ul style="list-style-type: none"><li>Emissão de OS – Ordem de Serviços, de forma individual ou agrupada, para os itens de serviços.</li></ul>	Conforme demanda da CONTRATANTE.	Não se aplica.
04	<ul style="list-style-type: none"><li>Entrega do plano de trabalho e cronograma de atividades referente a cada OS.</li></ul>	Etapa 03 + 30 dias.	Não se aplica.
05	<ul style="list-style-type: none"><li>Execução dos serviços.</li></ul>	Etapa 03 + 60 dias.	Não se aplica.
06	<ul style="list-style-type: none"><li>Emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP da OS.</li></ul>	Etapa 05 + 10 dias.	Não se aplica.
07	<ul style="list-style-type: none"><li>Emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD da OS.</li><li>Com a emissão do TRD da execução dos serviços, dar-se-á o início da contagem do período de garantia de 03 meses.</li></ul>	Etapa 06 + 15 dias.	100% da parcela executada da OS.

DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA SUDEG Nº 226, DE 10 DE NOVEMBO DE 2025.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94/2022, o TERMO DE REFERÊNCIA será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

<div>(Assinado eletronicamente)</div> <div>MARCOS PAULO MILANEZ SANTANA</div> <div>Integrante Requisitante</div> <div>Matrícula SIAPE nº 1832563</div>	<div>(Assinado eletronicamente)</div> <div>JOÃO PROCÓPIO DO REGO NETO</div> <div>Integrante Técnico</div> <div>Matrícula SIAPE nº 2072443</div>	<div>(Assinado eletronicamente)</div> <div>RAMONA DE PAIVA PACHECO</div> <div>Integrante Administrativo</div> <div>Matrícula SIAPE nº 1822577</div>
--	---	---

Aprovo,

Autoridade Máxima da Área de TIC
<div>(Assinado eletronicamente)</div> <div>KLEBER CAMPOS RODRIGUES FILHO</div> <div>Superintendente de Tecnologia da Informação</div> <div>Matrícula SIAPE nº 1185241</div>

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCOS PAULO MILANEZ SANTANA  
INTEGRANTE REQUISITANTE



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 12:03:32.

JOAO PROCOPIO DO REGO NETO

INTEGRANTE TÉCNICO



*Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 13:27:34.*

**RAMONA DE PAIVA PACHECO**

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO



*Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 12:01:18.*

**KLEBER CAMPOS RODRIGUES FILHO**

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC



*Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 12:04:02.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-A-Requisitos-Tecnicos.docx (141.39 KB)
- Anexo II - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-B-Ambiente-Fisico-de-Rede-WiFi.docx (8.61 MB)
- Anexo III - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-C-Loais-de-Entrega-e-Instalacao.docx (49.23 KB)
- Anexo IV - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-D-Modelo-de-Proposta-de-Precos.docx (57.21 KB)
- Anexo V - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-E-Declaracao-de-Sustentabilidade-Ambiental.docx (40.02 KB)
- Anexo VI - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-F-Modelo-de-Ordem-de-Servico.docx (52.94 KB)
- Anexo VII - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-G-Termo-de-Recebimento-Provisorio.docx (53.4 KB)
- Anexo VIII - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-H-Termo-de-Recebimento-Definitivo.docx (53.95 KB)
- Anexo IX - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-I-Termo-de-Confidencialidade-da-Informacao.docx (54.08 KB)
- Anexo X - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-J-Termo-de-Ciencia.docx (53.02 KB)
- Anexo XI - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-K-Declaracao-de-Ciencia-e-Consentimento-da-LGPD.docx (52.86 KB)
- Anexo XII - TR-ANTT-SWITCH-WIFI-APENDICE-L-Termo-de-Encerramento-do-Contrato.docx (52.28 KB)